

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO TRIBUTÁRIO, FINANCEIRO E PROCESSO I

YURI NATHAN DA COSTA LANNES

GUILHERME APARECIDO DA ROCHA

LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito tributário, financeiro e processo [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Guilherme Aparecido da Rocha; Livio Augusto de Carvalho Santos; Yuri Nathan da Costa Lannes. – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-537-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Inovação, Direito e Sustentabilidade.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres.
2. Direito tributário.
3. Financeiro. V Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2022 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO TRIBUTÁRIO, FINANCEIRO E PROCESSO I

Apresentação

As pesquisas apresentadas no Grupo de Trabalho de “Direito Administrativo e Gestão Pública e Direito Tributário, Financeiro e Processo” do V Encontro Virtual do CONPEDI revelaram temas atuais e inéditos, com propostas aptas a contribuir com a evolução do desenvolvimento do Direito no Brasil.

Tivemos a satisfação de presenciarmos a exposição de alunos de graduação e pós-graduação de diversas universidades brasileiras, de instituições públicas e privadas. Matérias dinâmicas que merecem atenção da comunidade científica também foram abordadas, o que revela o grau de qualidade dos eventos do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito.

A primeira pesquisa, com o título “A PEC Nº 32/2020 e a desestruturação do Estado Social de Direito da Constituição de 1988” foi apresentada por Tatiana Suplicy Barbosa e Júlio César Craveiro Devechi, e revelou importante leitura sobre a evolução do tema no contexto do Direito Administrativo.

A pesquisadora Renata Guimarães Figuerêdo apresentou trabalho com o título “Eficiência energética em prédios públicos como instrumento de política pública”. O trabalho forneceu provocações relevantes à Administração Pública.

Oritandos pela Prof^ª. Dra. Carla Noura Teixeira, os pesquisadores Yasmin Beatriz Ribeiro e Carvalho Sidenir Araújo Costa expuseram sobre o “Mapeamento da institucionalização da Agenda 2030 no Pará: a experiência de Barcarena à luz da democracia participativa, gestão pública e sustentabilidade”.

Os pesquisadores Alexandre Borges Rabelo e Guilherme Monteiro Galvão, orientados pelo Prof. Dr. José Querino Tavares Neto, apresentaram o trabalho “Monitoramento e avaliação de parcerias regidas pela lei n. 13.019/2014: um estudo de caso das ações efetivadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social em Goiânia-GO”, propondo discussão que contribui ricamente ao tema, notadamente em razão do caráter multidisciplinar abordado.

O trabalho com o título “Possíveis inconstitucionalidades da lei estadual nº 20.936 de 2021, em razão do exercício da função de polícia administrativa pela Polícia Civil do Estado Paraná” foi apresentado pelo pesquisador Rodolfo Kredens Silva.

O pesquisador Rafael dos Santos Pena Ribeiro expôs trabalho com o título “Responsabilidade civil do estado em casos de acidente envolvendo veículos de emergência no exercício de suas funções”, que foi objeto de debate e recomendações.

Na sequência, Letícia Cardoso Tofoli e Gabriel Felipe Alves de Souza Bretas Pereira apresentaram o trabalho “A inconstitucionalidade do novo Código Tributário de Goiânia: o aumento da base imponível do IPTU para imóveis que utilizam energia solar”, com recomendação de encaminhamento do resultado da pesquisa ao Poder Legislativo local, haja vista a relevância da discussão proposta.

Com o título “Diagnóstico do planejamento orçamentário de políticas públicas ambientais em Goiânia”, a pesquisadora Nathália Suzana Costa Silva Tozetto demonstrou a necessidade de aferição do cumprimento das metas ambientais fixadas por meio da legislação de planejamento orçamentário.

A pesquisadora Nathália Ramos Corumbá de Oliveira expôs trabalho com o título “O direito à informação, clara e transparente, no processo administrativo, como garantia de acesso ao direito social de previdência”.

O trabalho “Petição eletrônico: acompanhamento e apoio à implantação do SEI/BA no lançamento do ITD, no âmbito da SEFAZ/BA” foi desenvolvido pelas pesquisadoras Manuela Alves Correia Ribeiro Cristiane Costa dos Santos e orientado pelo Prof. Dr. Henrique Silva de Oliveira. A conjugação de pesquisa e extensão, evidente no trabalho apresentado, foi enaltecida pelos coordenadores.

As pesquisas revelaram a abordagem de temas atuais, recém legislados ou em discussão no âmbito legislativo. A contribuição fornecida é inegável e o ineditismo de muitos trabalhos corrobora a relevância dos eventos organizados pelo CONPEDI.

É nesse contexto que, como coordenadores do presente Grupo de Trabalho, apresentamos os trabalhos indicados acima, certos da contribuição que oferecem ao cenário jurídico nacional.

Yuri Nathan da Costa Lannes

Livio Augusto de Carvalho Santos

Guilherme Aparecido da Rocha

PETICIONAMENTO ELETRÔNICO: acompanhamento e apoio à implantação do SEI/BA no lançamento do ITD, no âmbito da SEFAZ/BA

Henrique Silva de Oliveira¹
Manuela Alves Correia Ribeiro
Cristiane Costa dos Santos

Resumo

INTRODUÇÃO: Desde 01/10/2020 o procedimento de avaliação de bens para fins de lançamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITD) passou a ser realizado exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/BA). O peticionamento eletrônico do ITD é um projeto piloto das Secretarias de Administração (SAEB), gestora do SEI, e da Fazenda (SEFAZ), responsável pela cobrança do ITD, no Estado da Bahia. Em atenção a um pedido da Ordem dos Advogados do Estado do Brasil, Seção Bahia (OAB/BA), promoveu-se capacitação no Curso Básico de Aperfeiçoamento – SEI/BA. Na oportunidade, integrantes do Grupo de Estudos Conflitos JustrIBUTÁRIOS, do Centro Universitário Estácio da Bahia, participaram do treinamento. Após, foi criada uma Equipe de Apoio ao Peticionamento Eletrônico SEI/BA, para auxiliar causídicos que necessitassem do atendimento básico com objetivo de dar celeridade aos Processos ITD, oportunizando aprendizado e relatos constantes dos desafios e oportunidades na implantação da ferramenta e do apoio aos usuários. **PROBLEMA DE PESQUISA:** No período pandêmico houve um acúmulo de processos devido à redução do quadro de servidores e lentidão na prestação do serviço. O atendimento de maneira presencial já estaria naquele momento ameaçado devido à necessidade de se cumprir os protocolos de segurança. Neste período, houve também aumento de impugnações, pedidos de dilatações de prazos, demandas dos inventários devido ao expressivo número de óbitos, doações, dissolução conjugal e alteração regime de bens. Os contribuintes e seus representantes legais demonstravam insatisfação na dificuldade de comunicação, e apresentavam a necessidade em obter mais informações sobre os processos na SEFAZ/ BA. Nesse passo, a OAB/BA foi demandada para sanar dúvidas ou intervir na celeridade dos processos. Era necessário garantir a continuidade do serviço público, a qualidade dos serviços prestados, sem comprometer a saúde e a vida seja dos servidores, contribuintes ou representantes legais, por meio de pessoal adequadamente treinado para tal suporte. **OBJETIVO:** A atividade (voluntária) acompanhou a implantação do módulo de peticionamento eletrônico na plataforma SEI/BA, com a finalidade promover atendimento virtual com apoio voluntário de pessoas capacitadas, visto que a maioria da população faz uso das tecnologias digitais. Por meio do módulo de peticionamento eletrônico, o contribuinte ou seu representante acessa um “usuário externo” na plataforma SEI/BA, evitando seu deslocamento até uma das unidades de atendimento presencial (garantindo a proteção da saúde de todos os envolvidos). O engajamento virtual da maioria dos contribuintes e representantes legais é essencial para a consecução do projeto. Houve necessidade de pôr a teste, sem ambiente controlado (um verdadeiro learning by doing próprio das ciências sociais

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

aplicadas) a hipótese de que a tecnologia necessária estava ao alcance da maioria da população, que seria possível treinar estudantes de graduação para intermediarem as dificuldades de contribuintes, seus representantes e servidores públicos, e desenvolver estratégias de disseminação dessas potencialidades. Nesse sentido, o desenvolvido pelo Grupo de Estudos visa contribuir para a solução do problema identificado. Kalakota e Robinson (2002) ressaltam que há diferenças entre os consumidores tradicionais e os consumidores virtuais. Empresas consideram que o cliente virtual é mais engajado e envolvido com os processos desenvolvidos junto à organização contatada. Assim sendo, McKenna (1999) sugere que as organizações em tempo real requeiram foco na satisfação do cliente virtual, provendo-lhe suporte, ajuda orientação e informação necessária para ampliar um simples atendimento, colaborando para a construção de sua lealdade. Acredita-se que o mesmo valha para organizações públicas. MÉTODO: O projeto de pesquisa acontece de forma qualitativa. Para Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos. De acordo com Bogdan & Biklen (2003), o conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo. Característico dos dados coletados é serem coletados de forma descritiva. Faz-se necessário ter contato com informações reais, o que acontece nos atendimentos prestados. Neste caso, o processo é mais importante que os resultados. O grupo de estudos Conflitos Justributários criou estratégias diante as observações coletadas no trabalho de extensão para melhorar o seu desenvolvimento. Por exemplo, no dia 26/03/2021 foi promovida uma palestra com a temática “O Peticionamento Eletrônico na Apuração do ITD na Bahia: o modelo SEI/BA”, sendo os palestrantes o Inspetor Fazendário do ITD, Sr. José Roberto Carvalho, a bacharela em direito Cristiane Costa, e o orientador do grupo de pesquisa o Prof. Me. Henrique Oliveira. Para Marconi & Lakatos (1996) a observação em equipe é um tipo de observação realizada por várias pessoas com o mesmo objetivo. Essa técnica é mais aconselhada do que a individual, pelo fato da equipe verificar o fato ou fenômeno de diversos ângulos. RESULTADOS ALCANÇADOS: O trabalho continua em desenvolvimento com altíssimo nível, tem obtido retorno positivo de 100% pelos advogados de toda a Bahia que testaram e aprovaram a assessoria, com diversos depoimentos. Esses atendimentos ocorrem via Whatsapp, ligações, em horário comercial pelas alunas capacitadas. Os advogados, ao buscar pelo atendimento são assessorados desde o cadastro no Sistema SEI/BA até a finalização do Peticionamento Eletrônico com a assinatura digital. Em contato com a Equipe de Apoio ao Peticionamento Eletrônico, procuramos saber quais são as mais frequentes dificuldades dos usuários do SEI/BA e sempre são passadas as devolutivas com intuito de dar celeridade e melhorar cada vez mais o atendimento. No Qr code podem conferir alguns registros de atendimentos e retornos dados pelos contribuintes e representantes legais.

CONCLUSÃO: O pôster será apresentado na quinta edição do Encontro Virtual do CONPEDI será realizado entre os dias 14 e 18 de junho de 2022, reunindo acadêmicos de todas as regiões do Brasil. Este trabalho de extensão tem a pretensão de continuar com excelência nos atendimentos prestados, promovendo incentivo as pesquisas aos discentes, inovando, e com a capacitação dos estudantes do grupo de estudos Conflitos Justributários para prestar assessoria voluntária, em setor relevante e carente.

Palavras-chave: Peticionamento eletrônico, ITD, Bahia, implantação, capacitação

Referências

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KALAKOTA, R.; ROBINSON, M. E-business: estratégias para alcançar o sucesso no mundo digital. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MCKENNA, R. Real time marketing. In: Creating value in the network economy. The Harvard Business Review book series. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.